

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO DA REDE MUNICIPAL DE
PINHEIRO/BRASIL**

Claudia de Oliveira Vale¹

claudiavale.uemanet@gmail.com
Programa de Pós Graduação em Educação
PPGE/UFMA

Lília Ferreira da Luz²

Faculdade Pitágoras

Teresa Cristina Lafontaine³

Universidade Federal do Maranhão

Resumo

O trabalho apresenta uma análise acerca da formação do professor do Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez, cujo objetivo é conhecer a realidade das estratégias pedagógicas utilizados para alunos surdos de uma escola comum, construindo novas possibilidades para valorização do seu potencial cognitivo e sociolinguístico. A entrevista aberta foi realizada com professores da rede regular e da sala de recursos multifuncionais e com os alunos surdos regularmente matriculados. O foco da discussão se dá quanto ao uso da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e/ou da língua portuguesa, assim como a importância em coadunar a escolha da língua com os recursos pedagógicos, considerando a formação dos professores, com o intento de redimensionar a discussão acerca do fracasso escolar, com ênfase na qualidade da educação escolar e das práticas pedagógicas inclusivas. É preciso construir um amplo campo de comunicação e interação, possibilitando que a LIBRAS e a língua portuguesa, preferencialmente a escrita, tenham lugar de destaque na escolarização dos alunos com surdez, mas que não seja o centro do processo educacional.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Alunos surdos.

Abstract

This work presents an analysis about the formation of the teacher of the Specialized Educational Attendance for students with deafness, whose objective is to know the reality of the pedagogical strategies used for deaf students of a common school, building new possibilities for valuing their cognitive and sociolinguistic potential. The open interview was conducted with teachers from the regular network and multifunction resource room and with deaf students regularly enrolled. The focus of the discussion is on the use of the Brazilian sign language (Libras) and / or the Portuguese language, as well as the importance of matching the language with the pedagogical resources, considering the teacher training, with the intention of resizing the discussion about school failure, with emphasis on the quality of school education and inclusive pedagogical practices. It is necessary to build a wide field of communication and interaction, enabling Libras and the Portuguese language, preferably writing, to take center stage in the schooling of students with deafness, but not the center of the educational process.

Key words: Deaf students; Inclusive Education; Specialized Educational Assistance; Teacher Training.

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Língua brasileira de Sinais, Mestranda em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação-PPGE/UFMA.

² Graduada em Letras, Especialista em Libras, Professora da Faculdade Pitágoras.

³ Graduada em Geografia, Especialista em Educação Especial, Mestre em Geografia, Professora do curso de Letras/Libras da Universidade Federal do Maranhão.

Introdução

As práticas pedagógicas que interliguem os componentes curriculares e que fazem menção à modalidade educacional inclusiva ou para minorias linguísticas tem se tornado um assunto comum, seja nas instituições responsáveis pela Educação – secretarias ou centros de referências – ou abordagem como tema dissertativo em exames avaliativos em âmbito nacional.

Investigar a formação dos professores da rede municipal de Pinheiro – MA, que trabalham no Atendimento Educacional Especializado – AEE – em uma perspectiva inclusiva, estabelecendo conexão entre a teoria e a prática, (res) significando o processo de ensino e aprendizagem, nas formações continuadas e nas atividades desenvolvidas em sala de aula é o foco deste trabalho. Atrelado a esse objetivo, será considerada a importância de inovação das práticas pedagógicas direcionadas aos alunos surdos da rede regular de ensino e na formação de professores em duas línguas – língua portuguesa e língua de sinais e suas contribuições para uma aprendizagem significativa dos referidos alunos, estando em consonância com o que prega o AEE.

O planejar de forma interdisciplinar utilizando práticas pedagógicas inovadoras para ampliar as possibilidades de aprendizagem, através de ações e momentos de planejamento coletivo e, com base nas propostas de ensino interdisciplinar para auxiliar na aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes caracterizam este trabalho.

Assim, ao abraçar como profissão o ato de ensinar é necessário estar disposto o suficiente para aceitar e compreender os obstáculos a serem enfrentadas ao longo da carreira de educador. Dessa forma, a escola deve estar empenhada com a mudança, com a modificação da cultura e da organização da escola e o ensino de pessoas surdas pode contar com vários recursos nos dias atuais, como o estímulo visual, a linguagem de sinais, o sistema de comunicação bimodal - que é aquele que utiliza os gestos e a fala de modo simultâneo -, os recursos tecnológicos existentes como o aparelho de surdez por exemplo foi uma das grandes conquistas para a boa condução do repasse ao saber a estes alunos.

No que se refere à formação contínua, a prática mais frequente tem sido a de realizar cursos que aludem a diversidade de recursos imagéticos e atividades que corroborem na complementação/ou suplementação dos conteúdos de ensino da sala regular. Mas, face a todas as possibilidades de recursos e formações, muitos professores não se sentem motivados para participar das formações oferecidas pelas escolas e secretarias de educação, uma vez que estas deveriam ser vistas como um momento prazeroso e enriquecedor de trocas de experiências e ampliação de estratégias e possibilidades de práticas pedagógicas.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): o que é e como acontece?

Em uma perspectiva inclusiva, o AEE estabelece uma relação entre a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades das pessoas assistidas nas salas de recursos, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem.

O desenvolvimento dessa aprendizagem acontece face à identificação da limitação sensorial e é assegurado por dispositivos legais, e, no caso dos alunos surdos, essas leis determinam o direito a um ensino bilíngue.

Há uma necessidade das atividades das salas de aula comum e do AEE serem articuladas por metodologias de ensino, propiciando condições essenciais da aprendizagem dos alunos com surdez na abordagem bilíngue. Para isso, o professor da sala de aula comum deverá buscar recursos e materiais diversificados, daí a importância das formações. Tendo esse direito assegurado, o aluno aprende por meio do desenvolvimento da linguagem e das línguas sinalizada e oral, na modalidade escrita, ou seja, o AEE promove o acesso dos alunos com surdez ao conhecimento escolar em duas línguas: em Libras e em Língua Portuguesa, a participação ativa nas aulas e o desenvolvimento do seu potencial cognitivo. Pois, conforme Damázio (2007), o AEE envolve três momentos didático-pedagógicos: Atendimento Educacional Especializado em Libras; Atendimento Educacional Especializado de Libras e Atendimento Educacional Especializado de Língua Portuguesa.

Esses momentos didáticos-pedagógicos contemplam as necessidades dos alunos surdos, no contra turno objetivando o seu atendimento no que diz respeito ao ensino bilíngue, conforme assegura a modalidade Educacional na qual este está inserido- Educação Inclusiva.

É mister ressaltar que a Libras, por ser um sistema linguístico (reconhecida pela Lei 10.436/2002 – como somente 16 anos), de transmissão de ideias e fatos, há uma necessidade da organização de sinais técnicos científicos, como afirma Damázio (2007):

Os estudos e as pesquisas dos termos técnico-científicos das diferentes áreas do conhecimento, em Libras, estão em processo de desenvolvimento. Sua sistematização visa ampliar o léxico da Libras e geralmente é realizado na interação entre alunos, professores e tradutores/intérpretes da Libras. A criação e organização desses termos em Libras é fundamental para: Subsidiar o tradutor/intérprete e o professor bilíngue a trabalhar em Libras em seus vários contextos científicos; desenvolver referencial teórico que possibilite a apreensão de termos inerentes aos conhecimentos científicos; construir conceitos em sala de aula e possibilitar ampliação das competências linguísticas da pessoa com surdez em Libras e em

Língua Portuguesa 1 gerar novas convenções em glossários e dicionários da Libras.

Na última década, várias iniciativas foram criadas para promover o uso de Libras nas escolas, por meio e por desenvolvimento de práticas pedagógicas que favorecem o ensino dessa língua para as pessoas com surdez, assim como o ensino da língua portuguesa. Assim como, configura um dos desafios das políticas públicas inclusivas para as escolas brasileiras, a construção de ambientes educacionais para o ensino de Libras, por meio de métodos adequados e fazer a diferenciação entre as modalidades educacionais nas quais os alunos surdos permeiam.

Metodología

Essa pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico, o campo de pesquisa corresponde as escolas municipais de Pinheiro- MA, que tem alunos surdos regularmente matriculados e duas salas de recursos que dão suporte, no contra turno, aos referidos alunos pesquisados. Nas 03 escolas pesquisadas contamos com 09 professores titulares, 03 professores contratados, 2 intérpretes e 6 alunos surdos e muitos alunos ouvintes. O atendimento educacional especializado é realizado por dois professores da rede e que assistem aos 6 surdos supracitados. Segundo José Filho (2006) o surgimento da necessidade de se pesquisar já traz em si, a necessidade de um diálogo com a realidade a qual se objetiva investigar e com o diferente, uma comunicação dotada de crítica, que direciona a momentos criativos. O intuito de conhecer fenômenos que o constituinte dessa realidade a busca de aproximação, diante de sua complexidade e dinamicidade dialética.

A entrevista é o procedimento mais utilizado no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca extrair informes contidos na vivência dos atores. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se busca ser um instrumento de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que estão inseridos no cotidiano uma determinada realidade que está sendo focalizada. (PÁDUA, 1997, p. 64).

Para recolher as informações necessárias foram realizadas observações em sala de aula e perguntas aos professores, através de entrevistas informais, sobre a didática, métodos de ensino e as diferenças utilizadas pela existência de alunos surdos mesclados em sala de ouvinte. Nesse sentido, a utilização de entrevistas é relevante por gerar ricas contribuições à pesquisa. O período que compreendeu a aplicação do instrumento de pesquisa, as entrevistas com os profissionais ocorreram entre os meses de fevereiro a abril do ano em curso. Durante este período foram assistidas 14 aulas – 6 nas salas regulares e 8 aulas nas salas de recursos. Nas visitas realizadas nas salas regulares, sempre esteve presente o intérprete, como principal elemento de ligação entre professor e aluno surdo.

Resultados e Discussão

Durante as entrevistas, observou-se que todos os professores das escolas regulares pesquisadas, possuem formação acadêmica nas diferentes áreas de conhecimento, entretanto apenas um deles possui conhecimento em Libras. A exemplo do professor de Ciências, observou-se que durante as aulas ele interage com os alunos surdos com sinais de expressões básicas como: compreender, vídeo, prova, repetir, estudar. No entanto, toda a tradução da aula é realizada pela intérprete, presente em todas as disciplinas. Por meio das observações em sala de aula percebeu-se que o fato do professor desconhecer a Língua de Sinais não consegue estabelecer um diálogo ou interação com o aluno surdo, transferindo todas as suas responsabilidades, como professor, para os intérpretes.

Neste pensamento, Souza & Góes (1999) afirmam que esta inclusão se torna deficiente pelo fato dos professores e/ou profissionais da educação desconhecer o aluno surdo, assim como desconhecem e as reais necessidades linguística e qual modalidade educacional está inserido. Objetivando a investigação, através das entrevistas, as respostas fornecidas pelos professores serão apresentadas conforme seus posicionamentos, a fim de garantir a legitimidade do trabalho e a opinião desses profissionais. Foram organizadas em duas categorias: metodologias utilizadas em sala de aula com alunos surdos e a relação do intérprete e professor regente.

Na primeira categoria que diz respeito à metodologia utilizadas em sala de aula com alunos surdos inclusos, viu-se que poucos são os professores que se preocupam quanto a seleção de textos escritos. Outros afirmaram usar uma linguagem mais simples, dando prioridade ao cotidiano dos alunos, enquanto que outros enfatizam a importância de uma relação com a intérprete. Mediante esses depoimentos, pode-se perceber que todos relatam que a parte textual é trabalhada de forma progressiva e com textos mais claros, objetivando uma melhor reflexão pelo aluno surdo. É importante notar que, neste caso os professores fazem uma relação do grau de dificuldade do aluno surdo inserido na sala de ouvintes, além de buscar informações com o intérprete de Libras.

Vale ressaltar que o Decreto nº 5626/2005 prevê no capítulo IV, no Artigo 14, Inciso VI, que para o aluno surdo é necessário a adoção de mecanismos de avaliação que sejam coerentes com aprendizado de segunda língua, buscando valorizar o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa.

A respeito da realização de trabalhos em grupo em sala de aula como parte dos aspectos metodológicos, questionou-se a possibilidade de existir a realização de trabalhos como estes envolvendo surdos e ouvintes. Mas, a negativa se apresentou como consequência da falta de tempo em detrimento ao cumprimento de uma carga horária. Desta forma, cabe ao professor utilizar de estratégias como: aplicar metodologias de ensino; usufruir de recursos diferenciados e formas de avaliação adequadas, de maneira a tentar diminuir a desigualdade e valorizar a diversidade.

As atividades em grupo ocorreram sem uma preocupação com a interação do aluno surdo ao meio, permanecendo este, quase sempre, isolado com o intérprete. Um dos métodos que poderia ser adotado é a inclusão deste aluno surdo em um grupo e o intérprete faria a comunicação entre os alunos, conforme Frias (2010) cabe ao professor elaborar trabalhos que promova a interação em grupos, ainda que com desafios, para que se possam garantir ao aluno Surdo os mesmos direitos que o aluno ouvinte.

Segundo Carvalho e Barbosa (2008) a criação de um ambiente que propicie a interação entre surdos e ouvintes nas atividades, é o desejado para que haja o processo de inclusão, respeitando as diferenças individuais. Por isso, têm-se a necessidade de se pensar em uma didática que seja flexível e que ofereça o mesmo conteúdo curricular. Respeitando as especificidades do aluno surdo sem que haja perda na qualidade do ensino e aprendizagem.

Os professores relatam sobre a necessidade de políticas que priorizem a capacitação dos professores e investimentos por parte do Estado em cursos e palestras que transforme a inclusão. Através das respostas dos professores e das observações em sala de aula, percebe-se que inserir o aluno surdo na sala de ouvintes, o exclui do grupo por falta de mecanismo que capacite o meio a uma efetiva comunicação.

As relações construídas entre as pessoas com deficiência e as que não possuem algum tipo de deficiência é fato questionável, pois infelizmente vivenciam comportamentos, atitudes e valores que insistem em diferenciá-los. No espaço escolar, ao se tratar da Língua Brasileira de Sinais, existe o que se pode chamar de preconceito linguístico, por muitos não terem o conhecimento da língua e não conseguirem estabelecer um diálogo com o aluno. A inclusão dos alunos surdos vem sendo realizada por professores e/ou profissionais da educação que não estão preparados ou desconhecem a Libras.

É necessário que os professores e/ou profissionais de educação tenham compreensão do que estão tratando e sobre o que estão falando, para que se tenha uma efetiva inclusão destes alunos Surdos em uma turma de ensino regular. Devendo ser levado em conta que as experiências visuais dos alunos Surdos não são as mesmas dos ouvintes, uma vez que os alunos Surdos privilegiam mais o canal visual e os alunos ouvintes o auditivo.

A inclusão e permanência do aluno surdo no sistema educacional devem propiciar igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade. Quando se pensa na educação deles, surgem vários questionamentos e colocam em dúvida se essa experiência é inclusiva ou se é mais uma vivência que, veladamente associa-se à exclusão. Essa situação gera uma imagem de integração com realidade exclusiva, onde o aluno surdo não faz interação social e efetiva com o grupo que está inserido.

A realidade da educação de surdos ainda é algo a ser discutido e melhor aprofundado. É inegável a importância da utilização de metodologias adequadas em sala de aula que beneficiem aos surdos

que estão inclusos, sendo o professor responsável por incentivar e mediar à construção do conhecimento através da interação com o aluno surdo e seus colegas (LACERDA, 2006).

Todas as opiniões foram importantes, pois, possibilitaram reflexões que colaboraram para a análise com o modelo proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN, nº 9394/1996) ao estabelecer que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Neste sentido, compreende-se que todo aluno surdo tem o direito de frequentar uma sala de aula da rede regular de ensino e de ser assistido pedagogicamente em todas as suas necessidades. No entanto, por meio da análise dos dados, para alguns dos professores a inclusão dos surdos é um fato novo, pois se verificou grandes dificuldades por parte dos professores. Estes deveriam ser os responsáveis por mediar e encorajar a construção do saber desses alunos, através de uma interação com esses alunos e além de elaborar metodologias educacionais que alcancem estes alunos em suas necessidades. No entanto, alguns professores seguem ministrando suas aulas de forma tradicional, ou seja, não propiciam uma mudança metodológica a fim de atingir as necessidades dos alunos em questão.

Diante disso, supõe-se que a inclusão de alunos surdos carece de um ambiente apropriado, com recursos visuais e professores preparados para o desenvolvimento de aulas com base em metodologias que atendam todos os alunos em suas peculiaridades educacionais, como prevê o Decreto nº 5626/2005. O Governo, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), deve promover condições que favoreçam o processo de inclusão. Portanto, as escolas necessitam de reorganização pedagógica para que os professores estejam capacitados e preparados para atender os alunos de forma igualitária. A transformação em desafios e barreiras que surgem no decorrer do caminho, na busca de ideais, por essa razão, os professores precisam receber o desafio de perceber as diferenças metodológicas e educacionais e compreender os aspectos da estrutura gramatical para a efetivação da inclusão.

Considerações finais

Não há dúvidas que o Atendimento Educacional Especializado ao aluno com Surdez tem contribuído para o processo de inclusão na sala de aula comum. Porém, é importante ressaltar que na atualidade há um equívoco entre as modalidades educacionais nas quais o aluno surdo está inserido e, conseqüentemente, qual currículo está sendo utilizado.

O currículo com o método bilíngue é o mais adequado para o desenvolvimento educacional dos discentes surdos no contexto inclusivo. Porém, mais do que ter o aluno surdo inserido em sala com o aluno ouvinte e, mais do que ter a presença de um intérprete, é fundamental que os envolvidos nesta educação conheçam a Libras tanto na sinalização como na estrutura gramatical. Pois, o aluno com surdez precisa aprender a incorporar no seu texto as regras gramaticais da escrita na língua portuguesa.

Outro destaque diz respeito à organização didática e à disposição do espaço de ensino, por implicar no uso de muitas imagens visuais. Os materiais e os recursos para esse fim precisam estar presentes tanto na sala de aula regular como na sala de Atendimento Educacional Especializado, respeitando as necessidades didático-pedagógicas para o ensino da língua portuguesa.

Face às dificuldades na implantação de uma metodologia de educação pelos professores para o ensino de alunos surdos verificadas neste trabalho, é possível inferirmos que a falta de investimentos por parte do governo em cursos e na capacitação dos professores é real; que o desconhecimento de como elaborar trabalhos em grupo, as dificuldades da elaboração desses trabalhos e a adaptação na realização de textos se configuram como um entrave para a efetivação do AEE para que o aluno surdo possa produzir de acordo com seus conhecimentos. Conhecimento este que está relacionado com o trabalho desenvolvido pelo intérprete de língua de sinais.

Com o objetivo de conhecer os procedimentos pedagógicos adotados com os alunos surdos e, com base na análise da metodologia utilizada neste trabalho, foi possível chegar a algumas conclusões. Primeiro, muitos professores das salas regulares não vêm com ‘bons olhos’ ensinar alunos que se comunicam com um código linguístico diferente do seu. Em consequência, a falta de confiança existente, ora entre professor x intérprete, ora entre aluno surdo x intérprete. Outro problema encontrado é a falta de formação e falta de conhecimento dos professores da sala de recursos no que diz respeito à língua brasileira de sinais.

Quando se trata dos alunos, muitos entram nas salas – regular e de recursos multifuncionais – sem conhecimento, nem em uma língua, nem em outra. A falta de recursos imagéticos nos dois espaços também é um adendo na realidade local do município pesquisado. Outro aspecto, e não menos importante, é o esclarecimento entre as modalidades adotadas pela Secretaria Municipal de Educação, objeto deste estudo: Educação Inclusiva X Educação Bilíngue X Educação de Minorias Linguísticas.

Enquanto os problemas identificados não são solucionados, aposta-se no modelo do ensino bilíngue o qual permite que o aluno surdo possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao do aluno ouvinte, com acesso às duas línguas: a língua brasileira de sinais e a língua majoritária utilizada na comunidade em que está inserida, o português.

No entanto, avalia-se que além dos professores precisarem conhecer e usar a Língua Brasileira de Sinais, considera-se que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Outro elemento a ser mencionado é a ausência e o reconhecimento de um profissional que é de grande valia na educação do surdo: um instrutor surdo de libras. A este seria delegada a organização do trabalho do AEE, respeitando as especificidades da língua brasileira de sinais, principalmente o estudo dos termos científicos a serem introduzidos nos conteúdos curriculares. Caberia ao instrutor surdo de libras

procurar os sinais em libras, pesquisando em livros e dicionários especializados, na internet ou mesmo entrevistando pessoas adultas com surdez.

Concluindo, a escola regular precisa implementar ações que tenham significado e aplicabilidade aos alunos em geral e que, esse sentido, possa ser compartilhado com os alunos com surdez. E, mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores que desafiem seu pensamento, explorem suas capacidades em todos os sentidos.

Referências

- ABNT.** (2008). Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR15599. Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR15599.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.
- BRASIL.** (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais– Libras. Brasília, LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.
- BRASIL.** (2002). Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.
- BRASIL.** (1996).Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I** (2013). Pensamento Pedagógico e as NEE: Introdução à Deficiência Auditiva. (2008).Disponível em: <http://elisacarvalho.no.sapo.pt/EE/Trabalho_PP-NEE.pdf> acesso em: 21/09/2013.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo.** (2007) .Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva (pp.117). Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- FRIAS, E. M. A.** (2010) Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> acesso em: 23/11/2010.
- JOSÉ FILHO, PE. M & DALBERIO, O.** (2006). Desafios da Pesquisa – Franca: UNESP – FHDSS.
- LACERDA, C. B. F. de.** (2006). A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. (pp. 163-184) Cad. CEDES [online].

PÁDUA, E. M. M. 1997.) Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática, 2º Edição. São Paulo: Papyrus.

SOUZA, M. R. & Góes, M. C. R. (1999.). O ensino para Surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: C. Skliar (Org.): Atualidade da educação Bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Ed. Medicação.